

# GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 28 de julho de 1988

## *Cur-editorial 124* Segundo turno: retornar ao diálogo construtivo

O presidente José Sarney tem o pleno direito — diríamos mesmo o dever, como chefe da Nação — de externar publicamente as suas críticas ao texto aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte e que passou, a partir de ontem, a ser votado em segundo turno. Na realidade, consideramos adequado que o presidente tenha utilizado uma rede nacional de rádio e televisão para alertar o povo quanto à “brutal explosão de gastos públicos decorrentes de benefícios desejáveis, que todos desejaríamos atender, mas que infelizmente não temos como atender”.

Em nossa opinião, como temos manifestado nestas colunas, tais críticas são, em grande parte, procedentes. Basta lembrar as anistias fiscal e financeira, a reforma tributária — válida, em princípio, como medida para desconcentração de receitas em poder da União, mas ruínosa para o Tesouro Federal da forma como foi concebida —, dispositivos que garantem estabilidade ao funcionalismo com mais de cinco anos de serviço, reajustes de benefícios acima das possibilidades da Previdência Social, etc. Há ainda vá-

rias questões que estão a exigir uma revisão, por impraticáveis, como, por exemplo, o tabelamento dos juros em 12% ao ano, em termos reais, o turno máximo de seis horas para todos os trabalhadores — exigência que nem mesmo empresas estatais, como a Petrobrás, têm condições de cumprir, e assim por diante.

Os cálculos oficiais indicam que, se concedidas no segundo turno todas as benesses que a maioria dos constituintes distribuiu à larga, as contas governamentais seriam desfalcadas em nada menos do que o equivalente em cruzados a US\$ 12,6 bilhões, ou seja, cerca de um décimo de toda a dívida externa bruta do País. E não há dúvida de que a sociedade é que vai pagar a conta, não tendo o presidente deixado de notar que, além dos novos tributos para cobrir essas despesas adicionais, “nós teríamos que sobrecarregar as famílias e as empresas com outras medidas fiscais”.

O pronunciamento presidencial foi duro e irritou muitos constituintes. Mas, honestamente, não acreditamos que tenha havido a intenção de infringir a soberania

da Assembléia, constituída por representantes legitimamente eleitos e que expressam, por definição, a vontade do povo brasileiro. Mas, certamente, existe um limite para soberania imposto pela realidade dos fatos, como existe um limite para a vontade de qualquer cidadão. Se prevalecerem no segundo turno as medidas mais onerosas aprovadas ou aquelas que impeçam que o País, dentro do sistema de livre empresa, possa desenvolver-se normalmente, o Brasil corre o risco de tornar-se ingovernável. Disse bem o presidente quando assinalou que a “Constituição não é um fim em si mesma. Por melhor que seja, cumpre fazer dela uma ferramenta do progresso econômico, do desenvolvimento social e uma norma de bom convívio”.

A propósito, convém recordar que o processo de abertura democrática pelo qual o País vem passando desde o fim da década de 70 — tendo começado até mesmo antes da revogação do Ato Institucional nº 5 em 31 de dezembro de 1978 — não resultou de uma outorga dos governantes, mas de uma ativa negociação, cujos detalhes

vão sendo melhor conhecidos à medida que passa o tempo. E esse processo de aperfeiçoamento institucional, se não foi isento de choques políticos aqui e ali, contou sempre com um forte consenso quanto aos fins a atingir, da parte de trabalhadores, empresários, políticos e uma parcela significativa dos que detiveram ou detêm o poder.

A hora, portanto, é de retomar esse diálogo construtivo, e temos a certeza de que as principais lideranças políticas do País estão abertas a ele. O pior que poderia acontecer ao País, neste momento delicado por que passamos, é que o governo constituído e a Assembléia Nacional Constituinte entrem em rota de colisão.

Devemos retornar à tradição que produziu inegáveis avanços nos últimos anos, passando por cima de ressentimentos ou choques de personalidades, sobre os quais devem sobrepair os interesses do País. Estamos seguros de que a aspiração do povo brasileiro é uma Constituição democrática, que assegure as liberdades civis e favoreça o desenvolvimento social, mas limpa de favores a grupos ou interesses específicos.